

**“ONDE ESTÃO ENTERRADOS TODOS OS UMBIGOS DA
NOSSA FAMÍLIA”: UM ESTUDO SOBRE A VIDA PRIVADA
DA PROFESSORA CHIQUINHA LEITE (C.1840-1911)**

**“WHERE ALL THE NAVELS OF OUR FAMILY ARE BURIED”:
A STUDY ON THE PRIVATE LIFE OF TEACHER
CHIQIINHA LEITE (C.1840-1911)**

Danilo Arnaldo Briskievicz
Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG

RESUMO

Este estudo pretende lançar alguma luz sobre a vida privada de Francisca Leite Teixeira, primeira professora da escola mista de Três Barras, município do Serro/MG durante os anos de 1884 a 1901. Para isto, usamos o testamento de seu único irmão, o major José Leite Teixeira para esmiuçar as relações familiares e sociais das quais fazia parte a mestra Chiquinha Leite. O resultado esperado é a explanação sobre as sociabilidades do Norte de Minas no século XIX, em especial aquelas que foram fundamentais para que Chiquinha Leite se tornasse quem foi, com suas condutas ético-morais compartilhadas socialmente e que com toda certeza chegaram até sua sala de aula e seus alunos.

Palavras-chave: História da educação; história familiar; mulheres do magistério.

ABSTRACT

This study intends to shed some light on the private life of Francisca Leite Teixeira, the first teacher of the mixed school of Três Barras, municipality of Serro/MG during the years 1884 to 1901. For this, we use the will of her only brother, Major José Leite Teixeira to scrutinize the family and social relationships of which master Chiquinha Leite was a part. The expected result is the explanation of the sociability of the North of Minas in the 19th century, especially those that were fundamental for Chiquinha Leite to become who she was, with her socially shared ethical-moral conducts and that certainly reached her living room. classroom and its students.

Keywords: History of education; family history; teaching women.

INTRODUÇÃO

Francisca Leite Teixeira nasceu em Diamantina/MG, por volta de 1840 e faleceu em Santo Antônio do Itambé em 1911. Sua vida transcorreu de maneira linear no Norte de Minas como era de se esperar de uma menina de família de classe média ligada ao comércio. Estudou em boas escolas. Conseguiu seu diploma de normalista. Fez o concurso público para professora da escola mista de Três Barras (atual distrito serrano chamado Três Barras da Estrada Real), um povoado entre Diamantina e Serro e passou em primeiro lugar. Colocou sua escola por volta de 1884 e nela permaneceu até cerca de 1901. No total 17 anos de regência escolar no pequeno povoado mineiro. Ela ensinou para seus alunos as primeiras letras e matemática elementar. Escrever, ler e fazer contas, essa era a missão da sua escola. Depois de se afastar da escola de Três Barras, foi morar no Itambé e comprou uma fazenda de 80 alqueires em Casa de Telha. Seu último registro documental é de 1911, ano provável de sua morte. Não teve filhos. Não se casou. Seu testamento não foi localizado em arquivos públicos.

As casas onde Chiquinha Leite contam histórias importantes, seja em Três Barras onde funcionou sua escola (ainda se veem os esteios do curral onde confinava gado), seja na Fazenda do Brumado de sua propriedade em Serra Azul de Minas, seja em Diamantina onde nasceu e morou. É que sabemos ser a casa é um importante ponto de referência para as histórias das famílias do século XIX. Pela casa se conhecem as posses de um casal. Pode ser coberta de telha ou capim, com muitos cômodos ou mão, com móveis de madeira de lei ou não, suas camas ou estrados, sua localização espacial, mais próxima ou distante da matriz paroquial. Pela casa se situa a família na escala social. Também pela casa é possível falar das relações domésticas e da vida privada, como os pais e os filhos se relacionavam, além dos agregados, que podiam ser as viúvas de um dos esposos ou mesmo grupos inteiros de pessoas ligadas por certo grau de parentesco ou interesses comuns de amizade.

Francisca Leite Teixeira, ou como era chamada, Chiquinha Leite, nasceu em Diamantina/MG e teve apenas um irmão, o major José Leite Teixeira. Na casa em que sua família viveu foram enterrados os umbigos de suas três sobrinhas. Uma casa de família que passou de pai para filho. O major Leite Teixeira era rico negociante, irmão de compromisso de todas as irmandades de Diamantina, exceto uma, a Ordem Terceira do Carmo.



José Leite Teixeira deixou em testamento como queria a partilha dos bens materiais acumulados em uma vida inteira de negociações comerciais. Pela leitura das disposições testamentárias é possível compreender as molduras nem sempre tão amplas do Brasil colônia em permanência na terra dos diamantes, o antigo arraial do Tijuco. É que quando lemos um testamento descobrimos a estrutura das condutas ético-morais ou as formas estruturadas de visão de mundo herdadas dos antepassados. Entendemos melhor os sistemas que atuavam modelando comportamentos e criando expectativas de como viver e conviver em determinados contextos sociais. O testamento é um retrato de uma época, de uma família, das sociabilidades.

O testamento de José Leite Teixeira escrito por volta de 1894 e aberto em 1902 depois de sua morte, permite-nos analisar a estruturação das sociabilidades de sua família na cidade de Diamantina do século XIX, herdeira de longo passado colonial escravista, patriarcal, acostumada ao sistema do padroado real e ao sistema das mercês, em vias de modernização. Por ele compreendemos as expectativas escolares também. Na época de sua escrita o Brasil passava por mudanças sociais impactantes. O Brasil nunca mais seria o mesmo depois da abolição da escravidão e da proclamação da república. Testamento é, pois, documento fundamental para esclarecer sobre as trajetórias de vida e o cotidiano minúsculo dos afetos e sentimentos, alegrias e tristezas. Neste testamento do major Leite Teixeira podemos, inclusive, ampliar a visão sobre o que eles pensavam sobre a instrução pública. O sonho da modernização pela abertura de escolas estava lá, latente. Talvez o sonho de uma nova cidade, remodelada e pronta para os novos tempos.

Por isso, nosso objetivo neste artigo é entrar pela porta da frente da casa onde nasceu Chiquinha Leite – que infelizmente não teve testamento encontrado em arquivos públicos – e escutar seu irmão em suas últimas vontades antes de sua morte, tensionando suas decisões de distribuição dos recursos materiais e analisando sua forma de ver o mundo. Além disso, tudo indica que este seja o documento mais próximo da mestra Chiquinha Leite, o retrato de sua família feito por seu irmão. Ele fala das sobrinhas e da cunhada de Chiquinha com as quais ela deve ter tido longas conversas e extensa convivência e mostra também o universo religioso à sua volta, com devoções caseiras e de irmandades leigas.



O testamento do major Leite Teixeira é uma indireta para dar visibilidade à vida privada da mulher Chiquinha Leite e serve para traçar de alguma forma o cenário de expectativas de sua vida na Diamantina do oitocentos, bem como entender melhor como eram vistas e tratadas as mulheres desta família neste contexto. Além disso, descobrimos o apelido Chiquinha Leite neste documento, algo bastante familiar, um dado não fornecido por outros documentos à disposição, normalmente registros de sua escola mista nas Três Barras.

1. Vida de esposa, vida de filhas: um testamento patriarcal

O testamento de José Leite Teixeira foi escrito bem antes de sua morte. Entre 23 de junho de 1894 – data da primeira redação – e sua morte de fato, em 13 de dezembro de 1902, houve tempo dele acrescentar um texto de reclamações quanto à sua reputação social em Diamantina. No testamento há questões pessoais bastante complexas de serem desvendadas: primeiro, este texto cifrado de reclamações anexadas antes de sua morte; segundo, o fato de que nenhum de seus amigos quis ser seu testamenteiro, passando a obrigação para sua filha Maria Luiza Leite. Havia algo de muito sério acontecendo em torno do major Leite Teixeira que não pode ser identificado apenas pela leitura do testamento e sobre o qual a história local se calou.

Teria sido ele um republicano histórico? Um abolicionista militante? Um maçom anticlericalista? Ou apenas um homem de péssima reputação por suas formas cotidianas de organizar a própria vida?

Fato é que ao analisarmos o testamento revela-se o cotidiano do irmão da professora Chiquinha Leite – e talvez ela tenha recebido também visões negativas sobre sua trajetória de mestra em Três Barras por conta do irmão. Chiquinha está no testamento, mesmo que em poucas linhas.

O major Leite Teixeira era negociante rico na cidade de Diamantina da segunda metade do oitocentos. O papel do testamento possui elegante carimbo em alto relevo à esquerda das folhas. Mostra orgulho do nome e do sobrenome de família e do nascimento e construção de sua trajetória de vida na cidade de Diamantina.

O major católico começou por nomear sua devoção na primeira linha, com objetividade:

Em nome da Santíssima Trindade – Amém – Saibam quantos este público instrumento virem, que no ano do nascimento do nosso senhor Jesus Cristo



e mil oitocentos e noventa e quatro, sexto da república dos Estados Unidos do Brasil, aos vinte e três dias do mês de julho, do dito ano, nesta cidade Diamantina, comarca do mesmo nome, em casa de minha residência onde eu abaixo assinado me acho, estando em meu perfeito juízo e no gozo de boa saúde, do coração e dos pulmões, resolvi fazer meu testamento e disposição da minha última vontade (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, Testamentos, 1894, fl. 1).

Nada de apelação aos santos e santas de devoção, apenas à Santíssima Trindade. Anúncio orgulhoso do sexto ano da república brasileira, seguido da data de sua escrita, 23 de julho de 1894, feita na cidade de Diamantina em pleno gozo de suas faculdades mentais. Saúde perfeita até então.

O major Leite Teixeira começou por declarar sua situação de cidadão brasileiro. Nasceu em Diamantina no dia 23 de março de 1841. Escreveu seu testamento no exato dia em que completou 53 anos e quatro meses de vida. Filho natural, ou seja, de pais casados diante da Igreja Católica, de João Inácio Teixeira e Inácia Marcelina de Oliveira. Os seus pais já eram falecidos. Seguindo a trajetória dos pais, o major Leite Teixeira casou-se diante da Igreja Católica no dia 29 de agosto de 1867 com Ângela Adelaide Pimenta.

Nos 27 anos de matrimônio, sua esposa gerou segundo ele, apenas três filhas, o que lhe causou grande sofrimento pessoal. O major provavelmente fazia gosto de ter tido um filho ou outros filhos mais (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, Testamentos, 1894, fl.1-1v.). O casamento na opinião do major fora infeliz desde o início, pois todo o patrimônio familiar foi herança exclusiva de seu pai – “meu primeiro e único amigo”, e não de dote recebido por ele quando pediu a mão de sua esposa¹.

As três filhas do casal receberam o nome de Rita de Cássia Leite, nascida em 27 de março de 1872, mesmo prenome da avó do major, que ele considerava sua segunda mãe; Maria Luiza Leite, nascida em 25 de agosto de 1877; e Carmelina Augusta Leite Teixeira, nascida em 10 de maio de 1885.

Os valores apurados da terça parte dos bens patrimoniais que podiam ser distribuídos de acordo com sua vontade – as outras duas partes eram direitos de sucessão familiar ou herança garantidas por lei incluída a sua esposa, a primeira e

¹ Percebe-se o patriarcado como estruturador da visão de mundo do major: a mulher não lhe deu os filhos que queria, ela lhe chegou sem dote, ou seja, sem recursos para se somarem à herança do seu pai, sendo culpa dela a infelicidade do mesmo no casamento. Em outras palavras: casou-se com uma mulher pobre de bens materiais e incapaz de gerar mais filhos, fatos que teriam gerado a infelicidade daquele homem.



necessária – foram deixados exclusivamente para Carmelina Augusta e Maria Luiza. Contudo, 500\$000 réis² deviam repassados a Diva Josefina, filha natural de Teodolina Alves da Costa “para a condição de se comprar uma casa, desse valor que constituirá ser dote quando venha se casar, mas desde logo entrando na posse dessa preferindo-se que passará um meu herdeiro caso ela venha a falecer antes” (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, Testamentos, 1894, fl. 1-1v.). Dos valores da terça o major Leite Teixeira pediu que 20\$000 réis (cerca de R\$ 2.460,00) em pratinhas duzentos cada uma fossem repartidas depois de sua missa de sétimo dia na porta de sua antiga casa, entre 100 pobres de Diamantina e no aniversário de sua morte, nova distribuição de 100\$000 réis (R\$ 12.300,00) para famílias do lugar reconhecidamente pobres ((BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, Testamentos, 1894, fl. 1v.). Seguem-se 200\$000 (cerca de R\$ 24.600,00) para repartição entre 5 afilhados de batismo e de crisma que mostrarem suas certidões ao testamenteiro (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, Testamentos, 1894, fl. 2). Percebe-se que o desejo de ter filhos homens era muito grande e por conta disso o major Leite Teixeira acabou batizando cinco afilhados, tornando-se compadre de muitos de seus amigos. Seu desejo por filhos homens devia ser fato conhecido de todos e sobre o qual ele fazia publicidade. Ainda retirados de sua terça estavam 300\$000 réis (cerca de R\$ 36.900,00) do pagamento de uma promessa feita ao Divino Espírito Santo, em junho de 1864, três anos antes de seu casamento, por ocasião de sua ida ao Rio de Janeiro. Pedia para isso uma missa cantada ou que se comprasse “um objeto de valor para o mesmo santo da minha devoção” (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, Testamentos, 1894, fl. 2).

Como era costumeiro no século XIX, o major Leite Teixeira era irmão de compromisso de todas as igrejas e irmandades de Diamantina, com exceção declarada da Ordem Terceira do Carmo, “sendo remido na Santa Casa da Caridade e a todas elas devo anuais e joia na do Santíssimo Sacramento”. O sistema do padroado

² É possível hipoteticamente atualizar o valor de 1 real ou no plural réis de 1894 para os nossos dias. A conta aproximada é que cada real/réis antigo valesse hoje R\$ 0,123. Nesse caso, 500\$000 réis valeriam cerca de R\$ 61.500,00. Outra realidade da moeda brasileira: em 15 de novembro de 1889, o menor salário mensal do Brasil Imperial era de cerca de 25\$000 réis (R\$ 3.075,00), o salário de uma professora primária era 45\$000 réis (R\$ 5.535,00), o salário mensal de um professor secundário era 167\$000 réis (R\$ 20.451,00), o maior salário mensal do país era de 300\$000 réis (36.900,00). Importante lembrar que os salários eram anuais, ou seja, menor salário mensal no Brasil era de R\$ 256,00; professora primária R\$ 461,25; professor secundário cerca de R\$ 1.704,25. Todos sem direito a décimo terceiro salário e outros benefícios. Cf. Diniz, 2020.



real operava no cotidiano do arraial, da vila e da cidade desde os primeiros anos de sua criação com os primeiros padres circulando por suas capelas.

A especialização da Igreja em seu sistema do padroado real permitiu com os desmembramentos diocesanos sucessivos ficar cada vez mais próximo dos devotos. Com a criação da diocese diamantinense, foi fundado também o Seminário Sagrado Coração de Jesus em 12 de fevereiro de 1867 para a formação do clero paroquial. A nova diocese desmembrada da antiga Diocese de Mariana permitiu o avanço de rigoroso projeto de moralização pedagógica conservadora ultramontana na região serrana como um todo, tendo como principais pontos de difusão a cidade de Diamantina (seminário diocesano, Colégio Nossa Senhora das Dores, orfanato, hospital) e a do Serro (orfanato para meninas, Colégio Nossa Senhora da Conceição e hospital).

A instrução pública ofertada por congregação religiosa europeia, aliada ao ideário da modernização permitiu o avanço em terras serranas da educação privada católica, mas ao mesmo tempo representou um forte impacto na visão das mulheres em relação a si mesmas como cuidadoras do lar (mulheres para constituir família) ou cuidadora de seus alunos (mulheres para colocar escolas)³.

O testamento do major Leite Teixeira reflete, de certa maneira, ao seu modo, as influências do conservadorismo dos costumes em Diamantina. Por isso, a importância dada à filiação às irmandades leigas, como forma de prestígio social e ao mesmo tempo de criação e afirmação as sociabilidades individuais e familiares.

O major Leite Teixeira prosseguiu na listagem de seus credores. A dívida que nos interessa neste estudo é outra bem diversa daquelas acima relatadas. Trata-se de declaração sobre possíveis contas a pagar com a própria irmã, Chiquinha Leite. Sabemos que Chiquinha Leite era também negociante, ligado aos tropeiros do Norte de Minas. Por isso, a mestra Chiquinha negociava com o próprio irmão, emitindo recibos de compra e venda. No testamento, a relação entre os dois parece meramente formal, sem nenhum afeto mais requintando, nenhuma justificativa de laços fortes

³ Este projeto aparece na leitura de Morley (2019, p. 213-215), em especial em duas falas: “Você com o regime das Irmãs vai perder esse gênio alegre e expansivo: vai ficar sem graça e virar outra. Não seja tola, bata o pé e não vá”; “Helena, você é que foi ladina de não querer vir para aqui! Isto aqui é o inferno!”. As irmãs da caridade eram um modelo de pedagogia moralizadora, bem vistas socialmente, mas extremamente conservadoras nos costumes, não dialogando com as principais linhas pedagógicas libertárias do período, antes negando-as totalmente. O ideal era a disciplinação dos corpos femininos para o casamento, para a via religiosa ou para a vida celibatária.



de sentimentos que os ligassem. O major escreveu de maneira breve, sucinta e polida: “declaro que nada devo a minha irmã Chiquinha Leite nem ela a mim como se vê de um livro de correntes e da quitação em meu poder, estando ela com umas joias de brilhantes em caução pela quantia de duzentos e cinquenta mil réis” (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, Testamentos, 1894, fl. 7).

Se a própria irmã estava com joias de brilhantes em caução no valor de 250\$000 réis (cerca de R\$ 30.750,00 atuais) significa que o irmão comprava dela produtos para serem revendidos em seu comércio no largo do Mercado, em Diamantina. Para isso, o major mantinha um livro de correntes, ou seja, um livro caixa de movimentações de pagamentos efetuados à irmã a partir de recibos emitidos de ambas as partes. Os irmãos estabeleceram antes de afetos, relações comerciais. Chiquinha Leite controlava, então, tropeiros ou seus caixeiros que forneciam produtos para o irmão, tudo registrado em livro contábil próprio dele, o que nos leva a crer que ela fizesse o mesmo, mantendo em seu poder outro livro de controle de pagamentos e recebimentos. Por fim, parece que as joias de brilhantes cobririam as dívidas feitas até então pelo major, pois ele não solicita do testamenteiro efetue pagamento algum. Tudo se pagou com os brilhantes suspensos em ouro dezoito quilates. Nenhuma dívida mais entre os irmãos.

2. Casa de sobrado na praça do mercado e outros quereres

Outra informação importante para nosso estudo é sobre a casa de sobrado no largo do Barão de Guaicuí n. 9, a atual praça do mercado velho de Diamantina⁴.

⁴ Largo também chamado de Cavallhada Nova, como a conheceu em 1867 o viajante inglês Richard F. Burton (1983, p. 282): “Estamos no coração da cidade, no centro da atividade comercial. À esquerda da praça está a Intendência de Sousa Reis.¹⁴ “Intendência” quer dizer aqui uma espécie de mercado bem provido, embrião do Sotto Borgo de Pisa. A intendência Sousa Reis é uma propriedade privada e sob sua ampla varanda sombria vende-se tudo, desde farinha até rapé. Tudo que é necessário no sertão. Abaixo e para o leste fica uma larga praça aberta, a Cavallhada Nova, para distinguir da “velha” mais abaixo e quase fora da cidade. Esses espaços em branco eram assim chamados para os carrosséis à moda portuguesa que, como as corridas de touros, outrora completavam cada festividade. São hoje obsoletas no Brasil posto que conservem sua vitalidade na Itália, em Portugal e mesmo na Madeira anglicizada. O último *tournment* que assisti foi na ilha do Fogo, em Cabo Verde. Atravessando a praça e, deixando à direita a rua da Quitanda,¹⁶ encontrei a casa de meu hospedeiro, Sr. João Ribeiro (de Carvalho Amarante), no lado norte da praça do Bonfim. No andar térreo está instalado um armazém de secos. Há ainda um, escritório interior onde são guardados os diamantes. A sala de jantar e a cozinha ocupam as partes posteriores do prédio. Acima ficam os alojamentos da família. O hospitaleiro lisboeta confessou francamente ter começado a vida como condutor de burros. É agora o mais rico comerciante onde todos são comerciantes e fornece mantimentos até para Guaicuí e Januária.¹⁷ Em Pé do Morro, perto de Curumataí,¹⁸ afluente do Jequitinhonha, possui uma grande



Através de seu testamento, o major queria interferir nas decisões futuras das filhas herdeiras, mostrando por um lado a preocupação e tutela e por outra, o desejo de que tudo se mantivesse como ele haveria de deixar: “peço para meus herdeiros para não desfazerem, nunca, da casa de sobrado onde sempre residi, ao Largo do Barão de Guaicuí n. 9 onde estão enterrados todos os umbigos da nossa família, cuja casa deverá passar aos meus descendentes; assim como peço às meninas para conservarem todas as imagens dos santos da minha devoção” BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, Testamentos, 1894, fl. 2). A julgar pelo número de irmandades leigas às quais o major Leite Teixeira se vinculou como irmão de compromisso, o acervo de imagens e oratórios devia ser bastante significativo.

A casa foi adquirida logo depois da enfermidade do major Leite Teixeira, anunciada no jornal *O Jequitinhonha* n. 99, de 1863:

Agradecimento. O baixo assinado possuído da mais profunda gratidão recorre à imprensa na falta de um outro meio mais expressivo para manifestar o seu eterno ao seu padrinho e verdadeiro amigo o sr. Tenente Joaquim Casemiro Lages e sua ilustríssima senhora dona Ana Vicência da Silva e Josefina Vieira Costa pelos desvelos e paternos carinhos que lhe prodigalizaram por ocasião de sua grave e prolongada enfermidade. Bem assim jamais riscar-se-ão de sua memória os nomes de seus amigos João Fernandes da Costa Pereira Carreira, Francisco Antonio Pimenta, Joaquim Nardes Muniz, Francisco Amancio Ferreira, Joaquim fernandes da Silva Leão, Luiz Guedes da Silva, Virgílio Augusto Vieira Costa, Teófilo Celestino Valadares, Bento José Afonso Fernandes Júnior, Antônio dos Reis Maia, Francisco José Peixoto e Francisco Domingues de Oliveira. A todos agradece o abaixo assinado as vigílias, que com ele partilharam no princípio de sua enfermidade e aos dois últimos é sem limite a sua gratidão por terem constantemente velado a cabeceira do seu leito de dores. Diamantina, 1º de janeiro de 1863. José Leite Teixeira

José Leite Teixeira participa a todas as pessoas de sua amizade que mudou-se da casa de seu íntimo amigo e padrinho o Sr. Tenente Joaquim Casemiro Lages para casa de sua residência, onde oferece a todos o seu limitado préstimo; e agradecendo o obséquio que se dignaram fazer vestindo-o durante sua prolongada enfermidade pede-lhes desculpa por não poder pessoalmente retribuir-lhes as visitas, pelo justo motivo de achar impossibilitado de andar. Diamantina, 1º de janeiro de 1863 (BIBLIOTECA NACIONAL, *O Jequitinhonha*, 03.01.1863, fl. 1).

O major Leite Teixeira acabou por dar nome ao beco onde sua casa estava localizada e onde também havia um chafariz, alvo de reclamação de um morador anônimo: “Mofina. Chamamos a atenção do Sr. Fiscal para o chafariz de repuxo da rua do Rosário, em frente ao beco de José Leite está mal construído; e que água

fazenda, onde cria gado, produz provisões e fabrica açúcar e aguardente. Tem sob sua responsabilidade cerca de 50 escravos”.

péssima dizem que passa por canos inferiores. Diamantina, 17 de junho de 1869 “(BIBLIOTECA NACIONAL, O Jequitinhonha n. 44, 27/06/1869, fl. 4).

Parece-me interessante relatar com pormenores a história da casa de sobrado no Largo do Barão de Guaicuí n. 9. O objetivo é demonstrar a seguinte hipótese: o major negociante era o filho mais rico e o mais influente do casal João Ignácio Teixeira e Ignácia Marcelina de Oliveira. A casa onde José e Chiquinha, filhos únicos deste casal nasceram não foi o sobrado da praça do mercado, à época n. 9. Neste imóvel nasceram suas filhas, ou seja, a geração de sua família. Mas tudo leva a crer que os pais e Chiquinha foram morar com o jovem negociante em sua mudança, pois ele comprou o imóvel em 1864 e se casou em 1867. Além disso, Chiquinha era também negociante, atuando juntamente com o irmão na praça do mercado, o lugar mais lucrativo para os negócios da família⁵. É por isso que Chiquinha nunca abandonou suas negociações, mesmo quando morou em Três Barras para colocar sua escola, por volta de 1885 pelo menos até 1890 (a professora interina da escola assumiu apenas em 1901). Isso nos leva ao espaço comercial e familiar de criação das sociabilidades do major Leite Teixeira e de Chiquinha Leite na idade adulta.

A casa na praça do mercado apareceu por ocasião do alistamento eleitoral de José Leite Teixeira no ano de 1881. Ele requereu a mudança de endereço de seu domicílio desejando manter sua habilitação eleitoral. O requerimento foi entregue ao juiz municipal:

Ilustríssimo Senhor Dr. Juiz Municipal

Diz José Leite Teixeira com 40 anos de idade, casado, negociante, filho de João Ignacio Teixeira, residente na paróquia e distrito de paz de Santo Antônio desta cidade, quarteirão nº 16, que, com o documento junto prova o suplicante possuir no Largo Vieira Machado desta cidade, um prédio, que o suplicante ocupa, em valor superior ao exigido pelo art. 3º, 31º, nº 2, 2ª parte d Lei nº 8.029, de 9 de janeiro de 1881 para ser alistado eleitor, por

⁵ A casa onde Chiquinha e José nasceram permanece um mistério, seja por falta de registros cartoriais, seja por falta de testamento do pai e da mãe, além da própria Chiquinha. Podemos considerar, também, que a casa podia estar alugada para a família antes da compra, mas não o tempo suficiente para que os filhos nascessem nela, uma vez que o major Leite Teixeira nasceu em 1841 e só comprou o imóvel em 1964, o que levaria à conclusão de um aluguel por cerca de 23 anos, hipótese bastante incabível para os costumes das famílias abastadas do século XIX. A propriedade dos imóveis era uma questão de honra. O aluguel imobiliário era usado, basicamente, para estadias provisórias ou iniciais, muito mais comum nas portas de comércio. Por isso, nem sempre os moradores do segundo pavimento eram os donos do comércio no primeiro pavimento, pois os aluguéis ajudavam na complementação da renda familiar. Outra explicação possível é que os tios proprietários do imóvel morassem com os pais de José e Chiquinha. Uma moradia da família que foi comprada nas mãos de seus tios definitivamente pelo rico negociante. Assim, teríamos que toda a história de José e Chiquinha estaria ligada a esta casa na praça do mercado, número 9. Mas tratam-se apenas de conjecturas sem a possibilidade de confirmação pelos escassos documentos em arquivos públicos.



isso requer a V. S. que digne, em tempo, remeter esta e o documento junto ao Senhor Doutor Juiz de Direito da Comarca para julgar como for de lei. Pede deferimento. C. R. M. José Leite Teixeira (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, 1881, maço 297, fl. 1).

O requerimento chegou ao juiz de direito da Comarca de Diamantina em duas partes. Na primeira, o requerimento propriamente dito como a seguir se lê:

Ilustríssimo Senhor Dr. Juiz de Direito

Diz José Leite Teixeira, negociante residente nesta cidade que há bem do seu distrito precisa que V. Sa. mande o Senhor Escrivão em cujo poder se acham os documentos que o suplicante ofereceu para tirar título de eleitor, fazer-lhe entrega dos ditos documentos e mais papéis, ficando a respectiva cópia visto o suplicante ter recebido o seu título de eleitor sob nº 129 e haver assinado o livro competente.

Por V. Sa. pede deferimento.

José Leite Teixeira. (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, 1881, maço 297, fl. 2).

Na segunda parte, uma escritura do imóvel ou casas de sobrado passada pelo tabelião cartorial:

Entrada

O traslado de escritura de compra feita por José Leite Teixeira à Teófilo Guedes da Silva e sua mulher da parte de uma casa de sobrado dita na Cavallhada nova desta cidade pela quantia de três contos e quinhentos mil réis.

Pelo traslado que se achava junto à petição em que José Leite Teixeira requereu ser alistado eleitor vê-se ter este comprado por escritura pública passada aos vinte dias do mês de fevereiro de ano de mil oitocentos e sessenta e quatro no Cartório do Segundo Tabelião Manoel Ignácio de Abreu, à Teófilo Guedes da Silva e sua mulher dona Francisca Leite da Silva uma parte nas casas do sobrado sita na Cavallhada nova desta cidade pela quantia de três contos e quinhentos mil réis que receberam em moeda corrente, havendo o comprado pago os respectivos direitos e selos. É o que consta do referido traslado que é entregue ao referido José Leite Teixeira aos trinta dias do mês de setembro de 1881. Eu, Antonio Augusto Ribeiro Leão tabelião que escrevi e assino. Antonio Augusto Ribeiro Leão (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, 1881, maço 297, fl. 2-2v.).

Pelos documentos apresentados vemos que Leite Teixeira ainda não era major da Guarda Nacional em 1881. Pelo menos neste documento não consta seu título honorífico. Percebemos a transição do nome atual praça Barão de Guaicuí: seu nome estava ligado assim como a atual praça pública no Serro (praça João Pinheiro), aos jogos equestres, ambas com o nome de Cavallhada. No Serro, era Cavallhada velha. Em Diamantina, Cavallhada nova. Para abandonar o passado colonial e homenagear um rico comerciante serrano com longa história em Diamantina, recebeu o nome de Largo Barão de Guaicui pouco tempo depois da escritura ser lavrada. O sobrado foi vendido pelo casal Teófilo Guedes da Silva e sua mulher dona Francisca Leite da



Silva⁶ por 3:500\$000 (cerca de R\$ 430.500,00). Sem dúvida, a mulher de Téofilo, dona Francisca, era aparentada de José e Chiquinha, de quem herdou, possivelmente por homenagem, o nome (seria a tia dela). A casa teria sido negociada entre familiares, ampliando o sentido dos “umbigos enterrados” a que se referiu o major em seu testamento.

Depois da morte do major Leite Teixeira por volta do dia 12 de dezembro de 1901, data de quando seu testamento foi aberto publicamente pelo tabelião, a casa continuou com sua esposa viúva e suas três filhas. Sobre a esposa, ela faleceu antes das filhas, como se conclui pelos documentos seguintes. Pelo registro n. 8.867 datado de 26 de janeiro de 1952, sabemos que Rita de Cássia Leite, a filha mais velha, havia falecido por volta de 1934, tendo seu inventário concluído em 22 de janeiro de 1935. Rita de Cássia havia dividido a casa, vivendo parede e meia com as outras duas irmãs, Maria Luiza e Carmelina Augusta:

CERTIFICO, a requerimento escrito da parte interessada e para os devidos fins, que revendo o arquivo existente no Cartório de Registro de Imóveis a meu cargo, sito nesta cidade, na Rua Joaquim Felício, nº27, verifiquei constar no Livro nº3-H, às fls.260, o Registro nº8.687, o qual segue em inteiro teor: "Número de Ordem: 8.687. Data: Vinte e seis (26) de janeiro de 1952. Circunscrição: Cidade de Diamantina. Denominação ou Rua e nº: Largo Barão de Guaicuihy. Característicos e Confrontações: A terça parte em uma casa de sobrado, sita no Largo Barão de Guaicuí, desta cidade, dividindo-se por um lado com casa da firma Guerra & Costa; por outro lado com beco conhecido como do José Leite; pela frente com o Largo de sua localização e fundos com casa e terrenos de Albino Ramos de Almeida, Atalaia do Norte e herdeiros do Dr. João Vidigal, avaliada pela quantia de \$2.500,00. Nome, Domicílio e Profissão do Adquirente: MARIA LUIZA LEITE; CARMELINA AUGUSTA LEITE, solteiras, maiores, residentes nesta cidade. Nome, Domicílio e Profissão do Transmitemte: Sentença do Juízo de Direito desta Comarca, datada de 22 de janeiro de 1935, que julgou a liquidação procedida no inventário dos bens deixados por falecimento de Rita de Cássia Leite. Título: Herança. Forma do Título, Data e Serventuário: Certidão de inventário extraída em 24 de janeiro de 1952, dos autos do inventário retro referido pelo Escrivão do 1º Ofício, substituto, José de Alencar Ribas. Valor do Contrato: C\$2.500,00(Dois mil e quinhentos cruzeiros). Condições do Contrato: Nenhuma. Diamantina, 26 de janeiro de 1952. O Oficial, Humberto Moreira da Silva (CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE DIAMANTINA, Livro n. 3-H, 1952, fl. 260).

No registro seguinte de n. 8.688 datado de 28 de janeiro de 1952, da mesma casa, as irmãs Maria Luiza e Carmelina Augusta tomaram posse do imóvel completo.

⁶ No dia 11 de março de 1863 saiu a seguinte publicação no jornal *O Jequitinhonha*: “O abaixo assinado aluga uma escrava pertencente a sua tutelada D. Francisca Leite da Silva, e que serve para todo trabalho doméstico. Quem precisar dirija-se ao mesmo anunciante na Cavallhada, casas n. 5 para se contratar. Diamantina, 10 de março de 1863. Joaquim Casemiro Lages (BIBLIOTECA NACIONAL, O Jequitinhonha n. 109, 11/03/1863, fl. 4).



O que ocorreu, depois, foi a venda da casa para a Irmandade da Providência, de acordo com a averbação do mesmo registro. Enquanto a casa estava dividida entre as irmãs, o valor era menor que depois da unificação da propriedade. A terça parte de Rita de Cássia valia C\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) e depois da unificação o imóvel foi orçado em C\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros). Detalhe da venda: o imóvel estava em mau estado de conservação quando a Irmandade da Providência o adquiriu:

CERTIFICO, a requerimento escrito da parte interessada e para os devidos fins, que revendo o arquivo existente no Cartório de Registro de Imóveis a meu cargo, sito nesta cidade, na Rua Joaquim Felício, n. 27, verifiquei constar no Livro nº3-H, às fls.260/261, o Registro n. 8.688, o qual segue em inteiro teor: “Número de Ordem: 8.688. Data: Vinte e oito (28) de janeiro de 1952. Circunscrição: Cidade de Diamantina. Denominação ou Rua e n.: Largo Barão de Guaicuí. Característicos e Confrontações: A metade de uma casa de sobrado, sita na Praça Barão de Guaicuí, desta cidade, em mau estado de conservação, dividindo por um lado com a firma Costa & Cia Limitada; por outro lado com o beco conhecido com o nome de José Leite; pela frente com a referida praça; e pelos fundos com casa e terrenos de Joaquim Gomes da Costa; Atalaia do Norte e herdeiros do Dr. João Vidigal, avaliada por \$20.000,00. Nome, Domicílio e Profissão do Adquirente: CARMELINA AUGUSTA LEITE, solteira maior, residente nesta cidade, herdeira. Nome, Domicílio e Profissão do Transmitemte: Sentença do Juízo de Direito, datada de 5 de novembro de 1947 que julgou a liquidação procedida no arrolamento dos bens deixados pela finada Maria Luíza Leite. Título: Herança. Forma do Título, Data e Serventário: Certidão de arrolamento extraída dos autos do arrolamento retro referido, em 24 de janeiro de 1952, pelo Escrivão do 3º Ofício, Humberto Moreira da Silva. Valor do Contrato: C\$20.000,00(Vinte mil cruzeiros). Condições do Contrato: Nenhuma. Diamantina, 28 de janeiro de 1952. O Oficial, Humberto Moreira da Silva. Consta o seguinte na Coluna de Averbações: Vendido o imóvel para a Irmandade da Providência” (CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE DIAMANTINA, Livro n. 3-H, 1952, fl. 260-261).

Contudo, o major Leite Teixeira, por vezes, expressou desejos bastante estranhos para a mentalidade diamantinense do final do século XIX, como por exemplo, a recomendação de sua esposa Angela Adelaide Pimenta e apenas sua filha Rita de Cássia (à época com 22 anos), “não porem luto por mim nem ao menos manifestarem sinal algum de tristeza, sob pena de fazerem a minha alma penar, por causa da ingratidão de uma, e a desobediência da outra; se fizerem o contrário desta minha recomendação formal peço para si a execração pública” (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, 1894, fl. 2v.-3.). Rita de Cássia (desobediente) aparece juntamente com a mãe (ingrata) como mulheres da casa menos prestigiadas, ou para dizer de modo mais direto, a filha não era considerada a predileta pelo próprio pai e a esposa era descrita como a causadora da infelicidade do casamento, por ter dado apenas três filhas ao major. O major aparenta recomendar que não gostaria de ver a



esposa e a filha Rita de Cássia em luto desmerecido. Seria, talvez, segundo sua visão ressentida, um luto falso. Desgostos do major, as duas seriam, então, possíveis vítimas da execração pública.

Como de costume, o major Leite Teixeira relacionou uma lista de missas a serem ditas em seu favor: “desejo que se digam seis missas à Santíssima Trindade, senhoras das Mercês, do Rosário, Santa Rita, do meu oratório, Santo Antônio e às almas santas benditas – de promessa” (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, 1894, fl. 3v.). A devoção do major era ligada às irmandades leigas das quais se filiou em vida e por isso eram cultos públicos. A devoção caseira era feita diante do seu oratório. Uma promessa era um pedido de uma graça que teve êxito, e assim necessitava de cumprimento de uma oferta ao santo, nesse caso as almas santas benditas. Estas almas provavelmente são aquelas do purgatório. Benditas por que estão em purgação, em processo de purificação para chegarem ao céu. Estão entre o céu e a terra, muito próximas dos homens comuns.

Isso se explica pela tradição teológica católica perpetuada pelo Concílio de Trento do corpo místico do Cristo, composto pela Igreja Triunfante com sua corte celestial, pela Igreja Padecente composta pelas almas suplicantes do purgatório e a Igreja Peregrina ou Militante composta pelos vivos amparados pelo Espírito Santo, o seu Consolador. O corpo místico do Cristo era, então, um sistema orgânico de igrejas interdependentes, e pelo visto, os fiéis devotos acreditavam que depois de sua morte física, permaneceriam algum tempo purgando suas dívidas para depois poderem ascender aos céus (CAMPOS, 2013). A passagem pelo purgatório tornava os falecidos em almas santas, pelo fato de que dali podiam interceder às almas dos céus da Igreja Triunfante pelos vivos no corpo com certo privilégio, por conta de sua transição em curso. Esta mesma concepção teológica, muitas vezes recheadas de superstições populares, foi vivenciada e praticada por Chiquinha Leite. Era praticamente uma tradição familiar.

O major Leite Teixeira continuou arrolando as missas: de sétimo dia, de um mês, de aniversário de um ano de sua morte, e nos anos posteriores “mais três para alma de meus pais, meus avós e por minha, devendo ser dita uma especialmente por alma de minha segunda mãe e boa avó à excelentíssima senhora dona Rita de Cássia por vontade de quem possuo os bens que herdei e deixo” (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, 1894, fl. 3v.). Ao que tudo indica, sua herança foi garantida por



intervenção da avó num possível testamento do filho, que teria assim garantido boa parte dos bens em herança ao neto. Retribuição pelos afetos da avó, em forma de lembrança e missa.

O major prosseguiu a escrita de seu testamento elencando quem deveria receber objetos pessoais em retribuição às amizades antigas. Indicou, assim, que um estoque (faca ou espada) com cabo de marfim deveria ser passado para o amigo e compadre dr. Teodomiro Alves Pereira, “com terna lembrança da nossa antiga amizade, desde a infância” (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, 1894, fl. 3v.) e que um revólver também com cabo de marfim com suas cápsulas devia ser deixado ao bom amigo tenente Serafim Honorato Pires, em prova de estima.

Para que o testamenteiro pagasse as despesas do sepultamento decente e pleno de respeito, o major Leite Teixeira ordenou a venda do “fundo de meu negócio que, conforme o último balanço existente na pasta, que sobe a mais de um conto de réis” (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, 1894, fl. 3v.). De fato, a venda arrecadou a metade do preço, a quantia de 500\$000 mil réis (cerca de R\$ 64.500,00).

3. Família alfabetizada, livros na estante

Na folha 4 do testamento, fica esclarecido como a família Leite Teixeira incorporou o hábito de leitura dos filhos desde a primeira geração. Era uma família de homens livres, alfabetizados e com o costume de manter em casa uma biblioteca.

O major ordenou, desta forma, que sua livraria científica (livros didáticos em sua maioria e possivelmente livros escolares de leitura obrigatória, hoje chamados de paradidáticos⁷, além de livros de literatura mundial), orçada em 600\$000 réis (cerca de R\$ 73.800,00) fosse vendida.

⁷ Morley (2019) citou alguns em seu diário: *O poder da vontade* e *O caráter* (p. 56), lidos no primeiro ano da Escola Normal, no ano de 1893; *Gil Blas* (p. 184); *Ornamentos da memória* (p. 217), no segundo ano da Escola Normal, em 1894; revistas de lojas ou mostruários (p. 246); além disso, esclareceu que precisava de livros em casa: “hoje domingo poderia ter estudado as lições e feito meus exercícios, mas mamãe nos levou cedo para a chácara” (p. 164). Era bastante comum que as famílias mais ricas comprassem os livros consumíveis na escola para seus filhos. A partir de 1880 a circulação de periódicos semanais, revistas de moda, revistas de costumes, almanaques ou anuários tornou-se bastante comum na região serrana, impulsionada pelo comércio local, pela escola normal, pelo seminário diocesano e já no século XX pela integração com a Ferrovia Minas-Vitória, com estação em Diamantina, a partir de 1913 que durou até 1970.



Havia apenas uma questão em relação aos livros científicos: que fossem reservados “os de preparatórios e de instrução geral e doméstica para as minhas menores entregarem-se ao estudo deles com solicitude e nunca abandoná-los: o que hei por muito recomendado” (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, 1894, fl. 4). Os livros preparatórios diziam respeito àqueles usados na escola, os de instrução geral eram os da literatura mundial e indicados pelas escolas e os de instrução doméstica estavam relacionados aos bons costumes das meninas, às obras religiosas e de moral cristã.

Os livros do major Leite Teixeira deviam ser usados para levantar fundos para pagar suas dívidas ativas e seus compromissos de negociante em aberto. E não se tratava de uma dívida pequena. O poder de endividamento do major era proporcional ao seu negócio e à sua capacidade de pagamento, estipulada por suas atividades comerciais, dívidas a receber e seu patrimônio pessoal e familiar. Assim, segundo sua própria apuração contábil, a dívida ativa girava em torno de 40 contos de réis (algo em torno de R\$ 4.920.000,00). Desse montante, 8 contos de réis podiam ser quitadas diretamente por seguro, sobrando 32 contos de réis dos quais o major deixava para o testamenteiro cerca de 900\$000 réis para efetuar os pagamentos de acordo com a relação de próprio punho do testador. Assim, pedia que não se pagassem outras contas fora da relação. Subentende-se que o restante da dívida, cerca de 30 contos de réis eram ligados aos seus negócios, herdado pela esposa e suas filhas.

Ao projetar o dia de seu sepultamento com a missa de corpo presente, o major Leite Teixeira esclarece muito sobre a construção de suas sociabilidades na cidade de Diamantina do século XIX. Isso revela, de alguma forma, como o gesto pedagógico imperial⁸ estruturava as expectativas de comportamentos ou as condutas ético-morais do grupo de convivência do major, de sua esposa e filhas e por extensão de seus pais e de sua irmã, Chiquinha Leite.

Há dois momentos sobre as disposições de sepultamento: aquelas arroladas no dia da entrega do primeiro testamento ao tabelião do cartório, ou seja, em 23 de julho de 1894 e outras, modificadas algum tempo depois, inseridas no corpo

⁸ Gestos pedagógicos são formas de relações de poder e de autoridade ensinadas para crianças e jovens desde o início de suas sociabilidades. Como conviver uns com os outros. Como apresentar seus desejos e vontades. Pode ser ensinado pelas instituições sociais ou através do ensino informal em rodas de conversas, nas festas populares, no convívio diário entre as pessoas. Cf. Briskievicz (2021).



testamental no dia 23 de setembro de 1899 como codicilo. Em cinco anos muita coisa mudou, e para pior.

4. Da pompa à modéstia: os últimos desejos do major

Muitos amigos. Alto cargo no governo local. Negócios em bom andamento. Nesse contexto de 1894, o major Leite Teixeira escreveu seus desejos para um sepultamento pomposo: “desejo muito ser carregado pelos meus distintos amigos, o excelentíssimo sr. dr. Teodomiro, Antônio Augusto Veloso, capitão Salustiano, tenente Serafim Pires, coronel Manuel Cesar e capitão Geno da Cunha” (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, 1894, fl. 4).

Deste grupo de amigos que teria a honra de segurar as alças do caixão do major Leite Teixeira podemos destacar a figura do diamantinense dr. Teodomiro Alves Pereira (1840-1911). Este advogado formou-se aos 23 anos, no ano de 1863 pela Faculdade de Direito de São Paulo, e possuía o dom da oratória, sendo bastante popular a ponto de receber a alcunha de “águia do Norte”. Como era de costume, ele escrevia suas opiniões no jornal *Jequitinhonha* do dr. Joaquim Felício do Santos e no *Monitor do Norte*. Segundo Couto (1954, p. 239), “seduzido pela política, elegeu-se em vários biênios deputado à Assembleia Provincial e deputado geral; prestou inestimáveis serviços ao abolicionismo, fazendo campanha na imprensa e nas tribunas populares”. Além disso, foi professor na Escola Normal, e já na república foi eleito senador ao Congresso Mineiro. O interessante sobre o final de sua vida em Diamantina é que ele teria se tornado um misantropo, ou seja, alguém que nutre ódio pela humanidade, tornando-se avesso às sociabilidades⁹. Assim, ainda de acordo com Couto, “isolou-se em sua casa, afastou-se da sociedade, evitando-lhe o contato, e faleceu sem que ninguém ouvisse mais sua voz em qualquer manifestação pública”.

A análise do grupo dos amigos escolhidos pelo major Leite Teixeira para acompanhar seu sepultamento demonstra com quem ele relacionava no dia a dia, com quem mantinha relações profissionais, comerciais, financeiras e políticas. O major Leite Teixeira era homem influente em Diamantina. A construção das

⁹ Morley (2019, p. 295) explica que ele era seu professor na Escola Normal, em 1895: “Na Escola ele é tão retraído que não dá liberdade nenhuma às alunas, apesar de ser o único que nunca reprovou nenhuma. Ele é diferente dos outros em tudo”.



sociabilidades desses homens passava pelo prestígio local e os levava em muitos casos, aos cargos políticos de destaque pelo voto popular. Assim, em Diamantina como no Serro e outras partes de Minas Gerais e do Brasil fez-se importante aliança entre negócios, comércio, cargos públicos e a política. Os negócios favoreciam a acumulação de fortunas que por sua vez facilitavam o acesso à carreira política. Política, prestígio e bons negócios andavam juntas. Por trás dessas sociabilidades, o gesto pedagógico imperial e republicano, operando como pressupostos necessários para mobilizar o conhecimento sobre o contexto social de cada um desses homens.

Contudo, o tempo passou. Entre 23 de julho de 1894 e 23 de setembro de 1899 o major Leite Teixeira mudou suas vontades finais. Acrescentou um codicilo novo ao testamento primeiro. O documento fala por si mesmo e é necessário transcrevê-lo integralmente para contrapormos os fatores iniciais – os desejos funerários com pompas e circunstâncias – para os fatores finais – os desejos de sobriedade e discurso belicoso, raivoso e descontente do major. Ele assim escreveu de próprio punho:

Não quero mais funeral com pompa desejo sincero enterro simples, sem música, sem eça¹⁰ a que não exceda a cem mil réis 100:000, feito das 6 para as 7 horas da manhã, com missa de corpo presente, celebrada pelo vigário ou outro sacerdote que fizer a encomendação rezada ou libera-me simples. Quero ser conduzido por seis irmãos dos mais humildes da minha venerável Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, a exemplo do verdadeiro pai, dando-se a cada um desses carregadores, além de uma vela de quatro por [...] para assistirem à encomendação, com elas acesas, mais a quantia de 2\$000 dois mil réis a cada um. Assim ao padre que fizer-me a esmola de me encomendar, dar-se-lhe além dos emolumentos eclesiásticos, mais a quantia de 20\$000 réis de prêmio. Ao testamenteiro que aceitar o encargo do mesmo testamento não terá direito a vintena nem a causa alguma mais, além do prêmio de 300\$000 réis marcado no mesmo. Ele não pagará conta alguma que não for assinada por mim, e as que se acham indicadas na lista inclusa na qual já estão algumas pagas e em o meu poder. Peço ao grande homem, meu amigo coronel Antonio Eulálio de Souza para entregar [...], como suas filhas ficam sendo. Estão todas educadas, falta casarem-se com bons maridos!

Non est [...] in re propria: Creio que, graças a Deus, até esta idade de 58 e 1/2 que completo hoje, jamais dei o ínfimo motivo para que a vaidade, em que ocorrer me repelisse aliciando de ser sua com tanta ingratidão, pelo contrário tenho procurado ser bom cidadão, útil ao povo, bom amigo que, graças ao Espírito Santo, nunca pesou os seus camaradas e [...] pai de família e pois há outros [...]. Como empregado público, sempre cumpridor de meus deveres com zelo, critério e honestidade, embora os invejosos e maledicentes por vezes tentarem macular a minha honra e reputação, respeitador intransigente do público e das famílias em geral. Como, pois, mereço os opróbrios, afrontas e desfeitas que tenho sofrido, até de meus compadres. Só muita ingratidão!

A quase quatro anos que tenho sofrido nesta idade o que nunca sofri aqui em Diamantina deste povo, a que nunca ofendi, pois tem sido uma

¹⁰ Também, antigamente era o nome do estrado onde se colocavam os caixões para os corpos serem velados; túmulo honorífico. Ver: Fonseca; Roquete, 1848, p. 407.



manifestação de desagrado geral, antipatia e até ódio contra mim, por parte de mandarem propositalmente meninos de toda a classe, ébrios, vagabundos, mendigos, doidos, bêbados e mulheres depravadas e devassas e toda a casta de canalhas, sem imputabilidade moral, instrumentos vis e inocentes, me insultarem por epigramas¹¹ e [...] em minha própria casa, de dia e de noite, na rua, na igreja e em todos os atos públicos, ao ponto de não poder eu ir mais a uma missa, festa, oratório, creio eu a qualquer outra reunião, com medo de ser ali, como tenho sido insultado, ridicularizado, [...], desandejado e conspurcado o meu nome com grande [guarda] de todos, por não haver uma só voz que se levantasse para protestar contra tanta infâmia, tanta miséria, tanta picardia!!! Nem mesmo as autoridades desde o mais alto magistrado até o inspetor do quartelão. Todos punhados, ninguém quis sair a meu favor; era este desgosto! Vejam o que o Senhor Bispo acaba agora do sofrer para os seus boresquets. Que gente! Aqui fica o meu protesto, pois ainda que sem nenhuma importância. Assim, venho pedir a quem de direito, para fazer cumprir esta minha última de derradeira vontade, sem alterar coisa alguma, principalmente quanto ao meu enterro. Assim seja! Cidade Diamantina, 23 de setembro de 1899 – Décimo da República dos Estados Unidos do Brasil. O testador José Leite Teixeira (BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES, 1894, fl. 8-10).

O cenário dos últimos dias de vida do major Leite Teixeira era, no mínimo, deselegante. Não fica claro o motivo da picardia, dos gracejos, da ridicularização pública realizada especialmente por crianças e todo tipo de popular. A sensação que passa o texto é que o major caiu na boca do povo e que quanto mais brincavam com ele e ele mostrava descontentamento, mais os gracejos desgostosos aumentavam. Nesse ponto é importante relembrar que diferente do seu amigo o dr. Teodomiro Alves Pereira que se tornou recluso e misantropo, avesso ao espaço público, o major queria frequentar as missas, as praças, as reuniões. Para que se evitassem maiores problemas, o major Leite Teixeira resolveu, então, eliminar o público desagradável de seu sepultamento. A pompa virou modéstia.

O testamento foi religiosamente aberto após a morte do major Leite Teixeira, no dia 5 de dezembro de 1901, em Diamantina, diante do juiz de direito em exercício da comarca diamantinense, o major Sebastião Andrade, e do tabelião José Cesar

¹¹ A zombaria popular era comum instrumento de constituição das sociabilidades no século XVIII e XIX. E muitas vezes faziam-se epigramas (composições poéticas curtas, de pouca extensão, e que geralmente contém um pensamento satírico no final) quadras e rimas para isso, conforme mostrou Silva (1928, p. 49), sobre Rita de Godoy, no Serro: “Quem quiser pilar canela/e não tenha almofariz/peça à Rita de Godoy/uma venta do nariz. A quadra custou ao poeta uma sova de pau, mais dolorosa que os versos”. Outra epigrama famosa dizia respeito aos mandos e desmandos do governador da capitania mineira, Antônio Gomes Freire de Andrade por volta de 1752, e que chegou aos ouvidos de Saint-Hilaire por volta de 1817, copiado por Maria Eremita de Souza (1999, p. 251), que era admiradora da cultura popular: “Itambira, Itambé/ Samambaia e Sapé/ Meirinhos de Caeté/ Libera nos Domine”. Morley (2019, p. 172), cita a epigrama do Zezinho: “Ando e corro de baixo para cima, /E só vejo o nariz de Sía Cristina,/ Já estou com uma grande indigestão,/ Produzida pelos quatro leitão”.



Pereira da Silva, tendo por testemunhas o capitão Aureliano Caldeira Brant e Artur Queiroga, que assinaram diante do juiz o comprovante.

CONCLUSÃO

Quando ainda crianças, Francisca e seu irmão José receberam a educação familiar de seus pais, João Inácio e dona Inácia. A casa onde viveram ficava no principal centro comercial de Diamantina, o largo do Barão de Guaicuí, popularmente chamado de praça do mercado velho. Seus umbigos foram enterrados na casa de número 9. Depois da morte dos pais, o irmão José ficou com a casa, onde também funcionou seu negócio de molhados, louças, ferragens e quinquilharias em geral. Era major da Guarda Nacional. Irmão de compromisso de todas as irmandades leigas da sua cidade, menos a Ordem Terceira do Carmo. Nesta casa nasceram suas três filhas: Rita de Cássia, Maria Luiza, Carmelina. Um casamento infeliz na opinião do major Leite Teixeira. A esposa Augusta Adelaide chegou ao casamento sem dote. Todo o patrimônio do casal foi herdado do pai, por influência da avó, Rita de Cássia, que foi homenageada com o nome da sua primeira filha.

Quando o major Leite Teixeira escreveu seu testamento, no ano de 1895 estava com seus 50 anos de idade. Por certo acreditava que estava perto da morte, talvez pelo agravamento de alguma doença crônica (a lista de dívidas pessoais mostra contas a pagar com o médico da cidade, o inglês José Dayrell e com o boticário Joaquim Henrique), ou um ferimento grave causado por alguma desavença policial devido ao seu posto na Guarda Nacional. Talvez fosse apenas cisma. A vida era breve na Diamantina do final do oitocentos. Poucos eram os homens e mulheres que chegavam aos 70, 80, 90, 100 anos.

A decisão do major Leite Teixeira em escrever seu testamento revelou uma família tradicional das serranias. Instituição social tradicional perpassada por expectativas externas: o matrimônio oficial se dava diante da Igreja Católica, em cerimônia pública de votos de união até que a morte separasse o casal; as famílias dos recém-casados pressionavam a mulher e o homem de modos diferentes para a procriação segundo as regras da natureza divina e para que a partir dos filhos houvesse a continuidade ou aumento do patrimônio familiar e a perpetuação dos sobrenomes; a sociedade de maneira geral, em requintados recursos de criação da



coesão social em torno do seu gesto pedagógico imperial/republicano, pressionava para que os filhos fossem civilizados, de bons costumes e que frequentassem as escolas de primeiras letras, de humanidades ou a normal. Poucos conseguiam cursar fora de Diamantina um bacharelado em Direito ou em Medicina. A regra geral era seguir com os estudos até onde desse pela oferta pública ou privada de instrução escolar e que os pais se pudessem com seus recursos financeiros pudessem enviar seus filhos – normalmente os homens – para Coimbra, São Paulo, Ouro Preto ou Recife.

No caso da família do major Leite Teixeira ela se estruturou em torno do feminino em tensão com o masculino, ou dito de outra forma, uma família marcadamente matriarcal (influência da avó, da mãe, da irmã, da esposa e das três filhas) dentro de uma moldura moral da sociedade patriarcal. Por isso, não é de se estranhar que na mentalidade conservadora, católica, provincial e escravista¹² do antigo Tijuco, herdeira do gesto pedagógico colonial e imperial, o chefe da família dissesse abertamente em seu testamento que o casamento era infeliz, que desprezava sua esposa e a filha mais velha, mas que merecia reconhecimento sua avó, por conta de ter convencido o pai do major a abençoá-lo com justa herança. O pai do major recebeu também sua homenagem por ter sido amigo e dispensador do patrimônio em herança.

A tensão familiar entre o único homem da casa e as mulheres aumentou quando o assunto central se tornou a herança do major. Afinal, não havendo um homem/filho para ser o seu herdeiro e continuar a tradição comercial familiar, o que fazer?

¹² Percebe-se que a família Leite Teixeira era proprietária de escravos, possivelmente herdados por seus filhos José e Chiquinha. A maior parte da vida deles foi em contato com os escravizados em suas casas, pela cidade, pela província e os libertos ou alforriados no contínuo processo de limitação do tráfico a partir de 1850, ampliado em 1870 e esgarçado em 1888 com a lei áurea. Eles conheceram escravos libertados no 13 de maio e com eles conviviam nas extensas redes de sociabilidades das serranias. Chama a atenção que o major Leite Teixeira fizesse parte de reduzido grupo de abolicionistas e republicanos na Diamantina do final do século XIX, mas que não tivesse em seu testamento nenhum agregado egresso da escravidão. A não ser que os 500\$000 que deviam ser repassados a Diva Josefina, filha natural de Teodolina Alves da Costa para a compra de uma casa fizesse referência a esta relação familiar com os antigos escravizados. De qualquer forma, vale a observação de Libby (2020, p. 41) a esse respeito: “embora os mineiros não se demonstrassem abolicionistas particularmente entusiastas, a oposição à abolição se restringia a uma minúscula elite de proprietários, mais preocupados com eventuais compensações por perdas financeiras que com a manutenção do sistema; no geral, a conjuntura [imperial] [...] se caracterizou por uma deterioração das condições econômicas fora das regiões cafeeiras e por uma limitada agitação política, mesmo que os movimentos emancipacionista e republicano, bem distintos, ganhassem força”.



Assim, ele optou por nomear seus amigos, no total seis, para que pudessem assumir a tarefa de ser seu testamenteiro. Ofereceu 300 mil réis de prêmio, apesar de todos eles não necessitarem desses recursos. Nenhum dos amigos nomeados se interessou em fazer a partilha. Tudo ficou por conta da filha Maria Luiza Leite, que por ocasião da morte do pai estava com 24 anos. Ela foi a testamenteira do pai. A história evidentemente não acabou com o testamento. Depois do acerto das contas, da entrega dos bens arrolados, da venda dos livros e dos fundos do seu negócio, ou seja, depois de apresentar ao juiz o resultado de todo o processo restou às quatro mulheres continuar tocando a vida.

As três filhas eram mulheres ricas, herdeiras de um major negociante, alfabetizadas, católicas, ou seja, disponíveis para o mercado dos matrimônios. Teriam se desfeito dos negócios do pai? Todas se casaram? Como foi o fim da vida da mãe dessas mulheres? O silenciamento dos documentos sobre essas mulheres parece indicar que numa sociedade patriarcal – o poder do homem adulto, branco, católico, chefe de família, com justo emprego, sujeito de bons costumes – a visibilidade masculina era uma tradição conservadora de ocultamento do feminino¹³.

Mas como ficava a professora de Três Barras, Chiquinha Leite nesse contexto familiar? Quando seu irmão perdeu o respeito social e teve sua reputação arranhada

¹³ A constituição de uma família extensa era uma das características do patriarcado colonial brasileiro segundo Freyre em *Casa-grande e senzala* (1984). Ao analisar a constituição familiar patriarcal centrada na visão da casa-grande e muito menos na estruturação da senzala, ele demonstrou de certa forma a idealização provinciana do major Leite Teixeira em relação à sua própria família, algumas décadas antes. Faltava na visão de mundo do major provinciano, mais filhos para se interligarem ao domínio patriarcal do marido-senhor. Sem dúvida, o gesto pedagógico colonial e imperial em relação às sociabilidades das famílias livres e afortunadas infestou-se na visão idealizada da família extensa que perdurou nas serranias. Segundo este modelo típico eram necessárias extensas redes de compadrio e de parentesco. Família grande, garantia de sociabilidades. Por vezes, acreditava-se na existência da família extensa (muitos filhos, por longos anos) como a confirmação da benção divina aos seus progenitores, assim como uma vida longa para ver os netos e bisnetos ampliarem as redes de influência do tronco original; a insistente retórica do papel da maternidade redentora da mulher casada, espelhada no imaginário bíblico-teológico tridentino, em que Santana (mãe e mestra, avó de Jesus) e Maria (filha e aprendiz, mãe de Jesus) eram reverenciadas como modelo feminino exemplar em oposição ao papel devasso de Maria Madalena (que não por acaso também se arrependeu dos pecados); além disso, a centralidade da família extensa sempre foi valorizada por criar a possibilidade de relações familiares exogâmicas. Isso não impedia, por outro lado, que modelos de conservação patrimonial familiar emergissem, com número reduzido de filhos (era considerado pecado utilizar métodos contraceptivos como o coito interrompido, ou impedir a gestação, mas há casos conhecidos dessas práticas na literatura histórica) e casamentos endogâmicos entre tios e sobrinhas (a Igreja considerava que o casamento entre primos até segundo grau seria contra a natureza, podendo gerar punições divinas). Leia-se na Figura 4, o caso do falecimento de Maria Raymunda, causado por um parto infeliz em que mãe e filho morreram e foram sepultados no mesmo carneiro do cemitério. No Serro, ver: Briskievicz, 2020, p. 137, nota 66; em contraposição, uma família de egressas da escravidão (p. 269-284); para Diamantina: Morley, 2019; para Minas Gerais, ver: Brügger, 2007.



pelas zombarias em Diamantina, com reclamação pública no codicilo do testamento, Chiquinha já havia deixado o magistério. Já não era uma jovem professora, mas uma “dona”¹⁴, assim como sua cunhada, a esposa do major. Neste ponto é importante recordar que no passado colonial brasileiro, ou seja, no caso das serranias o setecentos, as mulheres eram conhecidas por meninas, moças, mulheres e donas. Meninas tuteladas pelos pais ou pelo Estado ou os orfanatos. Moças em preparação para o casamento. Mulheres – normalmente sem filhos, casadas ou solteiras sem casamento – e donas – mulheres casadas com filhos ou tias solteiras ou viúvas.

Dona Chiquinha Leite devia relacionar-se diretamente com sua cunhada e suas sobrinhas. Por certo compareceu ao sepultamento do irmão na igreja de Nossa Senhora das Mercês, lugar onde os pais dela estavam também sepultados (o irmão usou o mesmo jazigo ou carneiro). Contudo, dona Chiquinha apareceu no testamento do irmão de modo extremamente seco, sem afeto ou cuidado, aparecendo desamparada pelo próprio irmão. Apenas uma nota sobre a relação comercial entre eles baseada na desconfiança e no rigor no trato com o dinheiro. Para que os produtos comercializados por ela através de seus caixeiros – provavelmente agenciados na região de Três Barras – o major entregou em caução, ou seja, como garantia, uma joia de brilhantes. Não devia nada a ela. Ela nada devia a ele. Tudo resolvido entre os irmãos. Quanto silêncio entre os dois. Relação familiar formal. Ela nada herdou do irmão. Teria ele ajudado na compra da casa em Três Barras para que ela colocasse sua escola? Ele teria conseguido de seus amigos influentes a nomeação oficial da irmã para professora da escola mista entre o Serro e Diamantina?

O gesto pedagógico colonial e imperial ditava ainda moda na Diamantina do oitocentos. A república chegou tardiamente, assim como demorou a abolição da

¹⁴ O termo se refere ao que Boxer (1963, p. 21-22) apresenta como comportamento comum entre as mulheres brancas e ricas – compartilhado socialmente pelas negras forras opulentadas – em desprezar as atividades manuais no setecentos e primeiro quartel do oitocentos. Por isso, “desde os mais recuados dias da colonização do Brasil, um escravo era, habitualmente, chamado ‘os pés e as mãos’ do senhor – e da senhora – e todos, menos os brancos muitíssimo pobres, dependiam do trabalho escravo”. Quanto maior a distância das atividades manuais – função dos escravos –, maior a nobreza da “dona”, a proprietária; a relação de mando-obediência ampliava a nobreza da “dona”; não por acaso, Chica da Silva foi apelidada “Chica que manda” (Santos, 1976, p. 124). Talvez nesse sentido de “dona” possamos opor o significado de “solteira”, conforme mostrou Vainfas (1997, p. 69): “era mulher desimpedida, livre, sem proteção de família ou marido, passível de envolver-se em quaisquer relações amorosas ou sexuais; [...] na Espanha, *soltera* era a mulher suspeita de viver desregradamente [...]; com sentido muito diferente da celibatária – mulher que aspirava a casar-se ou que optara pela castidade sem ingressar em religião –, solteira era, como se dizia, a ‘mulher que nunca se casou’, ‘mulher que não tem marido’, ‘mulher pública’, quase sinônimo de meretriz, ainda que sem conotação profissional”.



escravidão brasileira. O gesto pedagógico republicano não foi vivenciado plenamente pela família Leite Teixeira. A família estava mais próxima dos costumes coloniais vivendo na ambientação dos costumes imperiais e provinciais e ainda distantes dos novos hábitos republicanos. Talvez as filhas do major tenham visto costumes novos, modernizados.

Assim, Chiquinha Leite herdou costumes muito conservadores de seus familiares. Ela vivenciou a continuidade do padroado real na Diamantina episcopal repleta de seminaristas, padres lazaristas e a administração da mitra diocesana. A Igreja ditava ainda os costumes para as famílias, para as meninas, moças e donas. Ela teve contato direto com os novos arranjos dos herdeiros dos “homens bons” do setecentos das serranias em seu sistema das mercês alongado no Império, os políticos eleitos por voto popular. Ela precisou compreender como se ganhava pontos no jogo de interesses dos poderosos da política local. Ter uma família importante e amigos influentes era fundamental para conseguir colocar sua escola em Três Barras. Mais que isso, Chiquinha Leite teve que usar de recursos estratégicos para criar as sociabilidades na sociedade patriarcal das serranias. Talvez por isso, ela soube situar-se no mercado escolar imperial, com poucas ofertas de aulas remuneradas pelo Império, mantendo paralelamente assim como o irmão (major/negociante) atividades de comercialização de produtos agrários e pastoris na antiga rota dos diamantes do Tijuco.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES. **Testamento de José Leite Teixeira**. Cartório do 1º Ofício, 1894, maço n. 94.

BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES. **Alistamento eleitoral de José Leite Teixeira**. 1881, maço 297.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Jornais**. O Jequitinhonha n. 99, 03.01.1863.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Jornais**. O Jequitinhonha n. 109, 11/03/1863.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Jornais**. O Jequitinhonha n. 44, 27/06/1869.



BOXER, Charles Ralph. **A idade de ouro do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. **Comarca do Serro do Frio**. História da educação entre os séculos XVIII ao XX. Curitiba: Appris Editora, 2020.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. Fundamentação da história da educação brasileira: o gesto pedagógico colonial, os processos para consulta e os regimentos, séculos XVII-XVIII. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e162>

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal**. Família e Sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

BURTON, Richard Francis. **Viagens aos planaltos do Brasil**. Tomo I: Do Rio de Janeiro a Morro Velho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941 [1869].

BURTON, Richard Francis. **Viagens aos planaltos do Brasil**. Tomo II: Do Rio de Janeiro ao Morro Velho São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983 [1869].

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório**: culto e iconografia no setecentos mineiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE DIAMANTINA. **Certidão**. Livro n. 3-H, 1952.

COUTO, Soter. **Vultos e fatos de Diamantina**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954.

DINIZ, Bruno. **Conversão hipotética dos réis para o atual real**. Disponível em: <<https://www.diniznumismatica.com>>. Acesso em: 26 maio 2022.

FONSECA, José da; ROQUETE, J.-I. **Diccionario da Língua Portuguesa**. Paris, Lisboa: Guillard, Aillaud e Cia., 1848.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 23.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1984.

LIBBY, Douglas Cole. **Nos limites de seu estado**. A vida em família, rumos econômicos e jogos identitários – São José do Rio das Mortes – séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Odisseia/Miguilim, 2020.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SILVA, Dario Augusto Ferreira da. **Memória sobre o Serro antigo**. Serro: Typographia Serrana, 1928.

SOUZA, Maria Eremita de. **Aconteceu no Serro**. Belo Horizonte: BDMG, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

SOBRE O AUTOR

Danilo Arnaldo Briskievicz: Graduação em Filosofia com licenciatura em Filosofia, História e Sociologia. Graduação e licenciatura em Pedagogia. Profissional da História. Especialização em Temas Filosóficos (2006) e mestrado em Filosofia (2009). Doutorado em Educação (2019). Pós-Doutorado em Educação pela PUC Minas (2022) e Pós-Doutorado em História pela UFMG em andamento. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) de Filosofia e Sociologia do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG. Publicações nas áreas da Educação (História, Filosofia, Filosofia Política, Ensino da Filosofia, Sociologia), Filosofia Política, História, Fotografia e Poesia. Acadêmico efetivo da Academia Serrana de Letras - ASEL ocupando a cadeira nº 3, do patrono Alferes Luiz Antônio Pinto (2022). Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri (IHGM) e acadêmico correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni (ALTO). Áreas de pesquisa: Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Filosofia Política Contemporânea, Filosofia Política da Educação, História da Educação Brasileira e de Minas Gerais, Filosofia da Educação, História do Brasil e de Minas Gerais. Recebeu o Prêmio Mérito Extensionista do Ifmg em 2021 pela organização do Seminário Internacional Bateia 2021 Serro/MG. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7652-1959>. E-mail: doserro@hotmail.com

Tramitação:

Recebido em: 26/05/2022

Aprovado em: 14/12/2022